



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(EIXO TEMÁTICO: Movimentos sociais e participação social)

O jornal como instrumento de organização e articulação dos movimentos sociais urbanos: o caso do *Jornal da Periferia*

Rozinaldo Antonio Miani ¹

Resumo: Dentre as estratégias de organização e atuação dos movimentos sociais, as produções comunicativas ocupam lugar de grande importância. Inclusive, alguns jornais cumpriram um papel decisivo no processo de organização e articulação de movimentos sociais urbanos, em especial, no contexto da periferia de grandes metrópoles. Nesse sentido, esse artigo tem como objetivo apresentar a experiência do *Jornal da Periferia*, que circulou durante a década de 1980 na região sul da cidade de São Paulo, por meio da análise de conteúdo. Verificamos que o *Jornal da Periferia* contribuiu decisivamente para o fortalecimento das lutas sociais e das organizações populares na referida região.

Palavras-chave: Movimentos sociais urbanos; periferia; comunicação popular e comunitária; *Jornal da Periferia*.

Abstract: Among the strategies of organization and action of the social movements, the communicative productions occupy place of great importance. Indeed, some newspapers played a decisive role in the process of organizing and articulating urban social movements, especially in the context of the periphery of large metropolises. In this sense, this article aims to present the experience of *Jornal da Periferia*, which circulated during the 1980s in the southern region of the city of São Paulo, through content analysis. We verified that *Jornal da Periferia* contributed decisively to the strengthening of the social struggles and popular organizations in that region.

Keywords: Urban social movements; periphery; popular and community communication; *Jornal da Periferia*.

¹ Doutor em História. Pós-doutor em Comunicação pela ECA/USP. Professor do Departamento de Comunicação e vice-coordenador do Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Brasil. E-mail: mianirozinaldo@gmail.com



1. INTRODUÇÃO

Em sua obra *Que fazer?*, Lênin (1988) nos ofereceu uma instigante reflexão a respeito da importância do jornal como um organizador coletivo. É certo que suas teses se voltavam para um contexto político e sócio-histórico muito diferente do que iremos tratar em nossa reflexão; no entanto, seus argumentos são plenamente válidos e aplicáveis à experiência específica aqui retratada e analisada. Segundo Lênin:

O jornal não é apenas um propagandista coletivo e um agitador coletivo: é também um organizador coletivo. *A esse respeito, pode-se compará-lo aos andaimes* que se levantam ao redor de um edifício em construção; constitui o esboço dos contornos do edifício, facilita as comunicações entre os diferentes construtores, permitindo-lhes que repartam a tarefa e atinjam o conjunto dos resultados obtidos pelo trabalho organizado (LÊNIN, 1988, p.127).

Nesse sentido, o *Jornal da Periferia*, que circulou entre outubro de 1979 e maio de 1988 na periferia da região sul da cidade de São Paulo, cumpriu o papel de um instrumento de organização e de articulação dos movimentos sociais urbanos na referida região. Apesar das dificuldades enfrentadas para a sua produção - principalmente, para garantir o seu financiamento - que comprometeu a regularidade na sua circulação, o *Jornal da Periferia* cumpriu um dos propósitos de um jornal, apontados por Lênin, de se constituir como uma “agitação política viva”, na medida em que incitava “as pessoas a *pensar* em tudo isso, a totalizar e a generalizar até as menores manifestações de efervescência e de luta ativa” (LÊNIN, 1988, p.126).

Considerando o período histórico de surgimento do *Jornal da Periferia*, qual seja, o período da abertura política e da retomada das lutas sociais na perspectiva de intensificar o processo de derrocada da ditadura civil-militar no Brasil, os seus fundadores e colaboradores contribuíram decisivamente para promover um processo de organização e de articulação de movimentos sociais na periferia da capital paulista, além de reafirmar a condição da periferia como *lócus* de um protagonismo político de resistência e de luta contra a lógica de um sistema marcado pela repressão, pela opressão, pela exploração e pela discriminação das mais diversas ordens.

Diante disso, o objetivo com este artigo é apresentar e analisar a experiência do *Jornal da Periferia* por meio de uma análise de conteúdo, com o propósito de identificar as suas contribuições para a organização e a articulação dos movimentos sociais urbanos no processo de rearticulação das lutas sociais durante a década de 1980, bem como de disseminar as lutas comuns e específicas desenvolvidas pelas organizações e sujeitos coletivos da periferia paulistana. Antes, porém, faremos uma breve reflexão a respeito da



condição periférica, por entender que o jornal representa a emergência de um protagonismo que se constitui a partir da periferia - não por acaso o nome do jornal explicita essa referência e identidade sócio-político-territorial. Na sequência, apresentaremos as principais características gráficas e editoriais da referida publicação para, enfim, apresentar e analisar os conteúdos trazidos pelo *Jornal da Periferia* que confirmam sua contribuição efetiva para a construção e fortalecimento dos movimentos sociais da região sul da cidade de São Paulo.

2. PERIFERIA COMO *LÓCUS* DE RESISTÊNCIA E DE LUTAS

Considerando a complexidade do debate em torno da questão urbana e, particularmente, do conceito de periferia, salientamos que não será objetivo desse trabalho realizar um amplo debate sobre o tema. Porém, acreditamos ser necessário tecer algumas considerações a respeito das significações implicadas no uso do termo “periferia” e já adiantamos que se tratará de uma reflexão limitada, insuficiente e passível de algumas imprecisões ².

Os estudos relacionados à sociologia urbana desenvolvidos durante as décadas de 1970 e 1980 apontavam para uma compreensão da periferia como um território não atendido pelas políticas públicas, marcado pela ausência da atuação do Estado - exceto em relação às políticas de habitação de implantação de empreendimentos habitacionais massificados - resultando em espaços onde a condição de vida era marcada fundamentalmente pela precariedade (KOWARICH, 1979; BONDUKI; ROLNIK, 1982).

Nessa perspectiva, se afirmava a condição do Estado como responsável pela reprodução da dinâmica capitalista no âmbito da organização social e territorial, por meio da constituição de políticas públicas urbanas que atendessem tão somente o mínimo necessário para garantir as condições de vida para a reprodução da força de trabalho. No contexto da sociedade brasileira sob um regime político autoritário-repressivo - o período da ditadura civil-militar (1964-1985) - essa condição se estabeleceu de maneira contundente. A esse respeito, Eduardo Cesar Marques e Renata Mirandola Bichir (2001), apoiados nas reflexões de Lúcio Kowarick, afirmam:

O sistema só poderia funcionar submetendo o conjunto da força de trabalho a padrões constantes de superexploração e espoliação humana, sendo esta última entendida como a sistemática exclusão das camadas populares do acesso aos serviços de consumo coletivo. As periferias seriam o território da espoliação e seriam construídas e reconstruídas pelo Estado e pela própria dinâmica da acumulação (MARQUES; BICHIR, 2001, p.11).

² Aproveitamos para afirmar que o desafio de aprofundar a reflexão a respeito do fenômeno “periferia” será oportunamente assumido na continuidade de nossos estudos e pesquisas.



Estudos posteriores foram apresentando outras perspectivas para analisar a questão da periferia reconhecendo que, apesar das desigualdades em termos de volume de investimentos, houve importantes intervenções públicas nesses espaços urbanos revelando que o Estado se manifesta como um conjunto heterogêneo de instituições e sujeitos e como um espaço de conflitos reais e de disputa de interesses entre as frações políticas que comandam a gestão pública. A respeito dos investimentos aplicados na periferia, Marques e Bichir afirmam que “esses investimentos não foram suficientes para inverter o perfil tradicional dos investimentos públicos na direção das periferias, mas indicaram que os espaços periféricos não foram totalmente desprovidos de intervenções públicas” (MARQUES; BICHIR, 2001, p.12).

Além disso, a compreensão de que a periferia é um *locus* de resistência e de lutas e que a ação política dos sujeitos coletivos dessas localidades - em especial, os movimentos sociais e populares - participa de maneira importante na conformação das relações entre o Estado e a sociedade civil ganhou relevo nos paradigmas para estudar e analisar a questão urbana. Inclusive, a perspectiva de analisar o ambiente político das periferias considerando o protagonismo de movimentos sociais urbanos ganhou centralidade em importantes estudos sobre a referida temática (DOIMO, 1984; SADER, 1988; JACOBI, 1989).

Apesar disso, é necessário reafirmar a premissa de que a periferia não pode ser considerada desvinculada da produção capitalista do espaço (HARVEY, 2005). Ela é atravessada por uma série de determinações sociais, econômicas, políticas e culturais e sua ocupação e controle são estruturados a partir das relações sociais de produção estabelecidas pela dinâmica da sociedade capitalista. Nesse processo, a periferia, ou mais propriamente, a condição periférica é considerada como um resíduo do urbano (CANETTIERI, 2019). Para compreender a dinâmica que configura o conceito de condição periférica como “resíduo do urbano”, pedimos licença ao leitor para reproduzir um trecho relativamente longo das reflexões de Thiago Canettiéri (2019), mas que se faz necessário para oferecer uma adequada compreensão da questão:

Neste processo de totalização, acaba por produzir, em sua própria efetivação, resíduos que revela sua inconsistência: as periferias. Ou seja, para o urbano como momento de reprodução do capital só é possível na medida em que opera uma cisão no espaço, entre centro e periferias. Assim, é só por meio deste ato de subtração, de criar uma periferia, que o capital como determinação abstrata se realiza. Trata-se, portanto, de um processo necessário que estrutura a realidade urbana ao mesmo tempo em que a contradiz. [...] Desse processo, da prática social fragmentada, hierarquizada e estranhada, surge um determinado espaço marcado pela precariedade, informalidade, pauperismo e toda sorte de dominação. Em geral, no senso comum, as periferias aparecem como espaços distantes geograficamente das áreas dotadas de serviços, mas essa definição é ainda muito rasteira para o problema. Interessa-me mais pensar a periferia como ponto de sombra da



urbanização, em seu excesso constitutivo como elemento excedente que dá a esse movimento a possibilidade de se efetivar praticamente. Afinal, o espaço é, também, fragmentado, hierarquizado e estranhado - e resulta em formas de organização sociais que reproduzem as formas de dominação, as relações estranhadas e as formas constitutivas dessa relação social baseada no metabolismo próprio do capital. Pode-se, de certa forma, pensar a periferia como espaço da reprodução geral da força de trabalho como mercadoria, ou seja, como uma espécie de vida genérica e abstrata em que apenas a energia possivelmente gasta nos circuitos produtivos importa, estando ela marcada, desta forma, por uma experiência de profunda despossessão e desreconhecimento. Esse excesso, que via de regra não é mais o próprio urbano, é *conditio sine qua non* para que ele, como tal, possa existir. Para que o urbano possa existir como espaço de “extensão da cidadania”, é necessário um excesso miserável. A periferia é, por assim dizer, o resíduo do urbano (CANETTIERI, 2019, p.87-88).

Nessa perspectiva, a periferia se constitui como o resultado de um colapso urbano derivado das dinâmicas contraditórias do desenvolvimento histórico do capitalismo e que se manifesta de múltiplas formas nas mais diversas regiões do planeta. Ainda para Canettieri,

Com a expansão da lógica capitalista intrínseca ao fenômeno urbano, ocorre a dissolução de formas sociais sobrando um irreduzível: a periferia. E é apenas com esse elemento extrínseco que a estrutura da produção capitalista do espaço pode se sustentar. Desta maneira, a periferia indica uma forma social material muito específica da existência de grupos de pessoas cada vez maiores em todo o mundo (CANETTIERI, 2019, p.89).

Porém, para Canettieri (2019), os contingentes populacionais que ocupam as periferias estão longe de serem considerados supérfluos ou descartáveis para a lógica do sistema capitalista, ao contrário, cumprem uma função estrutural para a própria manutenção do sistema. Enfim, para o referido autor, “a periferia cumpre, portanto, a função fundamental de se estruturar como um espaço de dominação social que incide sobre os indivíduos e, dessa maneira, faz sobreviver o modo de mediação social próprio do capital (CANETTIERI, 2019, p.252).

Apesar dessa condição “estruturante” cumprida pela periferia no âmbito das relações sociais de produção na ordem da produção capitalista do espaço, é preciso não tomá-la de maneira absoluta sob risco de perder de vista a dialeticidade dos processos de correlação de forças no contexto da luta de classes. A esse respeito, Canettieri (2019) afirma que a condição de resíduo atribuída à periferia também lhe confere a qualidade de resistência, na medida em que o caráter irreduzível que lhe compete é exatamente a força motriz que promove a contradição na ordem do capitalismo que é “desde sempre, falido, exatamente por sua impossibilidade de lidar com certos irreduzíveis” (CANETTIERI, 2019, p.90).

E é nessa dinâmica própria da periferia como *lócus* de resistência e de lutas que emergem movimentos sociais e populares comprometidos com a construção de processos organizativos voltados para a luta pela implementação de políticas públicas por parte do



Estado que promovam melhores condições de vida para os contingentes populacionais que ocupam as áreas urbanas submetidas à condição periférica.

3. JORNAL DA PERIFERIA: UM ORGANIZADOR COLETIVO DE LUTAS POPULARES

As lutas populares contra a ditadura civil-militar e em defesa da redemocratização do país, a partir do final da década de 1970, ocuparam o cenário político da época e revitalizaram os processos de organização social voltados para a articulação e a mobilização das forças populares progressistas. Nesse cenário, os movimentos sociais - em especial o movimento sindical derivado do “novo sindicalismo” (BOITO JR., 1991; ANTUNES, 1995) e alguns setores do movimento popular de caráter estratégico (MANCE, 1991) -, bem como algumas organizações pastorais ligadas aos setores da Igreja progressista sob inspiração da Teologia da Libertação (GUTIÉRREZ, 1975), foram conquistando espaços na arena política e provocando tensionamentos políticos em âmbito local e também nacional.

Os processos de organização e de articulação desses movimentos e organizações sociais - em especial, nas regiões periféricas das grandes metrópoles - se estabeleceram de diversas maneiras, dependendo da conjuntura política específica de cada localidade. Dentre essas maneiras, destacamos o papel de organizador coletivo e de articulador político desempenhado por jornais ou periódicos impressos como estratégia de lideranças políticas para promover os processos organizativos locais e para disseminar as reivindicações e conquistas obtidas por meio das lutas populares “*in statu nascendi*”.

Nesse contexto, destacamos a experiência do *Jornal da Periferia*, periódico que teve circulação entre outubro de 1979 e maio de 1988, na periferia da região sul da cidade de São Paulo, mais especificamente, na região de Parelheiros. A partir de agora iremos apresentar algumas características gerais desse periódico e, na sequência, faremos uma breve análise de conteúdo para identificar as principais temáticas abordadas e apontar as marcas que revelam o papel desempenhado por este jornal como organizador coletivo dos movimentos sociais e das lutas populares na referida região periférica.

A primeira edição do *Jornal da Periferia*, que apareceu como número zero, foi datada de outubro de 1979, com 4 páginas, e trazia como manchete a frase “Um jornal que diz a verdade” (figura 1). Além disso, para explicar os motivos para a criação do jornal, bem como para apresentar os objetivos e a forma como iria funcionar, foi publicado um texto com o seguinte título: “Por quê o Jornal da Periferia?”. Vejamos o que dizia o texto:

O morador da periferia sabe que poucas vezes os jornais da grande imprensa dão



notícias sobre seus problemas, suas lutas e suas conquistas. Isto porque os proprietários dos jornais não estão interessados em ouvir o povo. Porisso (*sic*) muitas experiências de pequenas vitórias de vilas onde os moradores se reúnem para discutir seus problemas e buscar soluções, não são conhecidas por todos. Pensando nisso, grupos de moradores da região acharam importante a existência de um jornal para tratar desses problemas, defender seus interesses, unificar e ampliar as discussões na região. Nascia então a idéia do JP - um jornal aberto a todos os moradores - que contará com a ajuda de um Conselho de Moradores, para decidir, junto com os jornalistas, o que o jornal deve falar e como falar. Pedimos, portanto, às vilas que concordam com esta proposta, que elejam seus representantes no jornal, e que eles compareçam às reuniões mensais. O JP, democraticamente, receberá críticas e sugestões, pois, só assim será, de fato, um instrumento a serviços das lutas da periferia (JORNAL DA PERIFERIA, 1979, p.4).

FIGURA 1 - *Jornal da Periferia* - Edição número zero



Fonte: *Jornal da Periferia*, número zero, outubro de 1979, capa

No mês seguinte, o *Jornal da Periferia* passou a circular mensalmente - pelo menos por alguns meses - e trazia como editora responsável a jornalista Elizabeth de Souza Lorenzetti - que permaneceu nessa condição até a edição número 11³. O periódico circulou com 8 páginas em suas edições de 1 a 5 e depois voltou a contar com esse número de páginas entre as edições 11 e 14. Nas demais edições, o jornal circulou com 4 páginas.

A periodicidade do *Jornal da Periferia* foi um dos maiores problemas enfrentados pelos seus organizadores e produtores. Durante o tempo de existência do jornal, houve períodos mais longos ou mais curtos de suspensão em sua produção e circulação. Da edição número 0 até a edição número 5, o jornal manteve uma circulação mensal, até maio de 1980; a edição número 6 foi datada de agosto de 1980. Depois disso, só foi circular a edição número 7 em

³ Outros dois editores foram identificados no período final de existência do jornal: Rossana Bossi, entre as edições número 13 e 15, e Fábio Pereira, nas edições 16 e 17.



Como podemos ver na imagem, há referência às lutas por transporte, água, iluminação, asfalto, hospital, escolas, além de apontar outros problemas enfrentados pelos moradores da região que resultariam em ações políticas de organizações locais em seus processos de reivindicação e mobilização, principalmente, junto à Prefeitura do município de São Paulo.

De fato, durante o período de existência do *Jornal da Periferia*, esses e outros temas foram amplamente tratados e debatidos. A partir de uma observação geral, foi possível construir o seguinte quadro das temáticas abordadas no periódico e que, de alguma forma, contribuíram para impulsionar a organização de movimentos sociais ou para apresentar as ações políticas desenvolvidas pelos respectivos movimentos ou lutas populares.

QUADRO 1 - Temáticas do *Jornal da Periferia*

Quantidade de edições que pautaram o tema	Temáticas
6	Saúde.
5	Transportes. Mulheres. Educação.
4	Asfalto.
3	Loteamento clandestino. Água.
2	Favelas. Esgoto. Moradia. Terra. Inundações. Imposto.
1	Mutuários. Assaltos.

Fonte: Produzido pelo autor.

Além disso, o *Jornal da Periferia* possuía sessões para divulgar a realidade específica dos bairros e vilas. Durante algumas edições, essas notas ocuparam a seção *Correio do Povo*; em outra fase do jornal, essa seção foi chamada de *Trancos e Barrancos*. Também foram pautados temas referentes à questão cultural e de lazer. E ainda, algumas edições publicaram entrevistas com lideranças populares da região e outras apresentaram reflexões sobre o próprio jornal ou sobre a Associação responsável por sua publicação.

Todas as matérias tratando de temáticas referentes à realidade e aos problemas enfrentados pelos moradores daquela região periférica da capital paulista - bem como daquelas que enalteceram as conquistas e vitórias obtidas pelos diversos grupos populares em suas lutas específicas - foram decisivas para os processos de organização e de articulação dos movimentos sociais locais, na medida em que problematizavam e davam



visibilidade às condições precárias enfrentadas por aquela população, além de possibilitar uma compreensão mais qualificada da própria realidade e das formas possíveis de resistência e de luta. Nesse sentido, o *Jornal da Periferia* cumpria efetivamente o papel de uma “agitação política viva” (LÊNIN, 1988), incentivando os processos de mobilização e de atuação coletivas contra a precariedade da realidade e da condição periférica daquela população.

Porém, o *Jornal da Periferia* não tratava apenas de temáticas da realidade imediata. Em praticamente todas as edições, ao menos uma matéria pautava temas da conjuntura política mais geral. Dependendo do momento e do contexto específico de circulação do jornal, os temas conjunturais também eram abordados, com a finalidade de fazer o leitor compreender que é fundamental conhecer e analisar a realidade em sua amplitude e complexidade, sob a perspectiva política dos interesses das classes subalternas.

A denúncia contra o assassinato do metalúrgico Santo Dias da Silva; o apoio às greves e às comemorações do dia 1º de maio (dia de luta do trabalhador); o acompanhamento da retomada das lutas e das organizações sindicais; a defesa e o apoio à criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT); o monitoramento do processo de discussão e de aprovação da nova Constituição Federal (CF 1988); e, de maneira bastante significativa, o acompanhamento e a adesão ao processo de criação e de organização de um partido político voltado para a defesa dos interesses da classe trabalhadora, representado à época pelo Partido dos Trabalhadores (PT), foram temas pautados e debatidos pelo *Jornal da Periferia* durante o período de sua existência. Nesse sentido, além de cumprir o papel de organizador coletivo das lutas populares, o *Jornal da Periferia* cumpriu também a função de instrumento formativo e informativo das lideranças populares da região.

Diante desse contexto, e apesar de reconhecer que a experiência do *Jornal da Periferia* foi marcada por inúmeras limitações e fragilidades - principalmente, por sua periodicidade irregular e pelas dificuldades de financiamento que inviabilizou a sua distribuição gratuita - é possível afirmar que o referido periódico foi fundamental para os processos de organização das lutas populares e de articulação política dos movimentos sociais na periferia da região sul da cidade de São Paulo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de retomada das lutas populares a partir do final da década de 1970, durante o período da abertura política no Brasil, diferentes experiências foram construídas para



garantir que os diversos setores das classes subalternas - em especial, as populações das periferias das grandes metrópoles - pudessem se organizar e se articular em movimentos sociais e populares para poder levar adiante as suas reivindicações e defender os seus direitos e os seus interesses na perspectiva da conquista de melhores condições de vida. Dentre essas formas, destacamos a criação de jornais impressos como instrumentos de organização coletiva e de articulação política dos movimentos sociais urbanos.

Nesse sentido, esse artigo apresentou e analisou a experiência do *Jornal da Periferia*, um periódico criado em 1979 por lideranças políticas da região de Parelheiros, periferia da zona sul da cidade de São Paulo, que cumpriu o papel de organizador coletivo e também a função de instrumento formativo e informativo das lideranças populares da referida região periférica da capital paulista. Apesar de suas limitações, tratou-se de uma experiência bastante significativa e que contribuiu de maneira significativa para os processos de organização e de articulação política dos movimentos sociais locais.

A análise aqui realizada seguiu uma proposta de análise de conteúdo, porém reconhecemos que, em razão dos limites impostos para a produção desse artigo, a riqueza dessa experiência não foi explorada em toda a sua potencialidade e que outras incursões analíticas podem e devem ser realizadas para que possamos compreender de maneira ainda mais abrangente e complexa as contribuições - e também as limitações - do *Jornal da Periferia* como um organizador coletivo e também como uma experiência de comunicação popular e comunitária.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- BOITO JR., Armando (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa e da cidade do Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982, p.117-154.
- CANETTIERI, Thiago. **A condição periférica**: uma crítica da economia política do espaço em paralaxe. Belo Horizonte, 2019. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, Belo Horizonte, 2019.
- DOIMO, Ana Maria. **Movimento social urbano, Igreja e participação popular**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1984.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**: perspectivas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1989

JORNAL DA PERIFERIA. Por quê o Jornal da Periferia?. **Jornal da Periferia**, São Paulo, n.0, p.4, out. 1979.

JORNAL DA PERIFERIA. Conselho de moradores traça rumo do Periferia. **Jornal da Periferia**, São Paulo, n.12, p.2, set./out. 1983.

KOWARICK, Lúcio. **A espolição urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

LÊNIN, Vladimir. **Que fazer?**. São Paulo: Hucitec, 1988.

MANCE, Euclides André. **Algumas concepções de movimento popular**. Curitiba: Cefuria, 1991.

MARQUES, Eduardo Cesar; BICHIR, Renata Mirandola. Investimentos públicos, infraestrutura urbana e produção da periferia em São Paulo. **Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, Ano XVII, n.42, p.7-30, 2001.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). São Paulo: Paz e Terra, 1988.